

NOTA EDITORIAL DE DECISÃO

Decisão editorial: Aceite com correções obrigatórias (posteriormente cumpridas)

Editores-Chefes: Katherinne Maciel / Sidney Soares Filho

Data da decisão: 11/06/2026

1. Processo de avaliação

O manuscrito intitulado **“Políticas Judiciárias no Brasil: uma Revisão Sistemática de Literatura”** foi submetido à *Pensar – Revista de Ciências Jurídicas* e aprovado na etapa de triagem editorial, sendo posteriormente encaminhado à avaliação por pares, realizada por pareceristas externos à instituição editora, conforme o modelo adotado no fluxo editorial da revista.

Os pareceres emitidos recomendaram a aprovação do trabalho condicionada à realização de correções obrigatórias, envolvendo ajustes metodológicos, estruturais, teóricos e formais.

Com base nas avaliações recebidas e na análise do editor responsável pelo manuscrito, os Editores-Chefes elaboraram comunicação editorial consolidada aos autores, reunindo as exigências consideradas indispensáveis para a continuidade do processo editorial.

2. Transparência da Avaliação por Pares

2.1 Modelo de avaliação adotado para este artigo:

Double-blind peer review (identidades de autores e avaliadores não reveladas durante o processo de avaliação)

Single-blind peer review (identidade dos autores conhecida pelos avaliadores)

Open peer review (identidades de autores e avaliadores abertas)

2.2 Opção de transparência após a decisão editorial (mediante consentimento de autores e avaliadores):

Autores e pareceristas não optaram pela abertura das identidades.

Autores e pareceristas optaram pela abertura das identidades após a decisão editorial.

Declaração editorial: A abertura de identidades ou pareceres no processo de avaliação depende de manifestação expressa e concordante de autores e pareceristas, em conformidade com as políticas de integridade científica e ciência aberta adotadas pela *Pensar – Revista de Ciências Jurídicas*.

3. Comunicação editorial de correções obrigatórias

A seguir, registra-se a comunicação encaminhada aos autores, elaborada pelo Editor-Chefe responsável, com fundamento nas avaliações dos pareceristas e na análise editorial do manuscrito:



Prezados autores,

O artigo intitulado “Políticas Judiciárias no Brasil: uma revisão sistemática de literatura” foi submetido à análise editorial preliminar (desk review), sendo constatado que a temática é pertinente ao escopo da Revista Pensar – Revista de Ciências Jurídicas e apresenta consistência metodológica, relevância científica e potencial para publicação.

Contudo, antes do encaminhamento à etapa de avaliação por pares (peer review), solicitamos a realização dos ajustes indicados a seguir, no prazo de 15 (quinze) dias corridos. Caso necessite de prazo adicional, solicitamos que sinalize essa necessidade no próprio sistema da Revista, na área de avaliação.

ORIENTAÇÕES GERAIS:

- As alterações devem ser destacadas em vermelho no arquivo revisado.
- O novo arquivo deve ser enviado pelo próprio sistema da revista, no campo REVISÕES, disponível na aba AVALIAÇÃO.

SUGESTÕES DA EDITORIA E DOS AVALIADORES:

1. Problema de pesquisa e contribuição científica

o Reforçar a dimensão analítica do estudo, explicitando de forma mais clara a contribuição original do manuscrito para a literatura especializada.

o Desenvolver, quando pertinente, um posicionamento teórico mais consistente ao longo da argumentação.

2. Resultados e discussão

o Ampliar a análise crítica dos resultados obtidos, evitando a reprodução predominantemente descritiva dos dados sistematizados.

o Fortalecer o diálogo entre os estudos examinados, evidenciando convergências, divergências e lacunas identificadas na literatura.

3. Fundamentação teórica

o Ampliar o diálogo com a literatura nacional e internacional relativa à governança judicial, políticas judiciárias e políticas públicas, conferindo maior densidade teórica ao trabalho.

4. Metodologia

o Explicitar de forma mais detalhada as limitações da pesquisa.

o Justificar a adoção exclusiva da base de dados CAPES para a realização da revisão sistemática.

o Informar, quando aplicável, os critérios utilizados para avaliação da qualidade metodológica dos estudos selecionados.

5. Delimitação conceitual

o Considerando a reduzida incidência de definições explícitas na literatura analisada, recomenda-se apresentar uma definição própria de política judiciária, devidamente fundamentada na literatura especializada.

6. Revisão textual e padronização

o Realizar revisão geral da redação, buscando maior concisão, precisão terminológica e fluidez textual, especialmente mediante a redução de repetições e o aprimoramento de períodos excessivamente longos.

o Revisar e padronizar as citações e referências bibliográficas, observando integralmente as normas adotadas pela Revista.

7. Declaração sobre o uso de Inteligência Artificial

o Inserir, na introdução, um parágrafo específico informando se houve utilização de ferramentas de inteligência artificial na elaboração do manuscrito e, em caso positivo, indicar de forma objetiva como tais ferramentas foram empregadas.

Agradecemos antecipadamente pela atenção e colaboração, e permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Sidney Soares Filho
Editor-Chefe – Revista Pensar – Revista de Ciências Jurídicas
Universidade de Fortaleza – UNIFOR

4. Cumprimento das exigências editoriais

Após o recebimento da versão revisada, verificou-se que os autores atenderam às recomendações formuladas, promovendo as adequações solicitadas quanto à metodologia, fundamentação teórica, organização textual, normalização bibliográfica e revisão de linguagem.

Os pareceristas e a editoria científica consideraram que as modificações realizadas resultaram no aprimoramento acadêmico do manuscrito, tornando-o apto à publicação.



5. Relatório de similaridade

O artigo foi submetido à verificação de originalidade por meio do software Turnitin, apresentando índice de similaridade de **37%**, analisado qualitativamente pela editoria.

Após exame do relatório e das revisões efetuadas, constatou-se que as ocorrências identificadas correspondem majoritariamente a citações devidamente referenciadas, expressões técnicas e elementos metodológicos, não havendo indícios de má conduta científica.

6. Decisão editorial final

Considerando:

- os pareceres favoráveis emitidos na avaliação por pares;
- o atendimento integral das correções obrigatórias solicitadas;
- a conformidade ética, científica e editorial do manuscrito;

os Editores-Chefes deliberaram pelo **ACEITE DEFINITIVO** do artigo para publicação na *Pensar – Revista de Ciências Jurídicas*, no sistema de fluxo contínuo.

Sidney Soares Filho

Prof. Dr. Sidney Soares Filho

Editor-Chefe da Revista Pensar

Pós-Doutorado pela Czestochowa University of Technology

Doutor em Direito | Doutor em Educação

sidney@unifor.br